

PERENIDADE E SUPERFLUIDADE DO TRABALHO: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho

Ricardo Antunes¹

RESUMO

Significados e dimensões das mudanças em curso no mundo do trabalho, consequências, teóricas e empíricas, destas transformações, tais como a pertinência e a validade, no mundo contemporâneo, do uso da categoria trabalho. Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea (como Habermas, Claus Offe, Robert Kurz, Dominique Méda etc), a tese apresentada é a de que, apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho, que hoje se alterna entre a perenidade e a superfluidade.

Palavras-chave: Trabalho. Trabalho — Perenidade. Trabalho - Superfluidade. Emancipação humana.

A partir dos inícios da década de 70, como resposta do capital A sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização produtiva em escala global, ainda que de modo bastante diferenciado, bem como de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher Reagan foi expressão mais forte. A isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e de trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

Este período caracterizou-se, desde então, por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo. Em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há ainda uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados, ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. Apesar do

¹ Professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (UNICAMP) e autor, dentre outros, de *Os sentidos do trabalho* (2002) e *Adeus ao Trabalho?* (2002) e Coorganizador de *O Averso do Trabalho* (Revista Ideias, 9/2-10/1, IFCH/Unicamp). Coordenador da Coleção Mundo do Trabalho (Boitempo) As teses apresentadas nesse artigo estão desenvolvidas nos livros acima citados.

significativo avanço tecnológico encontrado (que poderia possibilitar, em escala mundial, uma real redução da jornada ou tempo de trabalho, se ele não fosse controlado pela lógica do capital e, desse modo, expressão de uma forma de dominação), pode-se presenciar, em vários países, como a Inglaterra, uma política de prolongamento da jornada de trabalho.

Foi no contexto acima referido que o chamado toyotismo e a era da acumulação flexível emergiu no Ocidente. O quadro crítico, a partir dos anos 70, expresso de modo contingente como crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, já era expressão de uma crise estrutural do capital que se estende até os dias atuais e fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando à recuperação do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, à reposição de seu projeto de dominação societal, que foi abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, no ciclo de lutas sociais em 68/69, que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social.

Opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fê-lo, por exemplo, no plano ideológico, através do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social.

Foi nesta contextualidade, social e politicamente adversa ao mundo do trabalho, que se desenvolveram as teses sobre a desconstrução, ou o fim da centralidade do trabalho, ou ainda em sua forma mais eivada de rusticidade, marcada pela falácia do fim do trabalho. Todas, de algum modo, ancoradas na tese (equivoca e eurocêntrica) da desapareição ou definhamento da classe trabalhadora.

O que se vai oferecer neste texto é uma leitura completamente distinta. Entende-se que é preciso exercer a crítica da crítica, e é mostrando alguns equívocos teóricos contemporâneos presentes nas teses sobre a desconstrução do trabalho que se vai poder iniciá-la. Posteriormente, na parte final deste texto, procurar-se-á resgatar os sentidos essenciais do trabalho, que hoje se encontram (teórica e empiricamente) abandonados.

O estudo aprofundado das relações entre trabalho produtivo e improdutivo, manual e intelectual, material e imaterial, bem como a forma assumida pela divisão sexual do trabalho, a nova configuração da classe trabalhadora, dentre vários outros elementos, permitiram recolocar e dar concretude à tese da centralidade da categoria trabalho na formação societal

contemporânea, contra a desconstrução teórica que foi realizada nos últimos anos.

Ao contrário da propagada substituição do trabalho pela ciência, da substituição da produção de mercadorias pela esfera comunicacional, da propagada substituição da produção pela Informação, as novas formas de interpenetração existentes entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e as de serviços, entre as atividades laborativas e as de concepção, entre produção e conhecimento científico, que vêm se ampliando no mundo contemporâneo, configuram-se como elementos suficientes para que se mostre a forma contemporânea da centralidade do trabalho e se faça a crítica da crítica.

Procurar-se-á responder aqui às seguintes indagações: as mutações em curso acarretam inevitavelmente a perda de referência e de relevância do ser social que trabalha? A categoria trabalho não é mais dotada de estatuto de centralidade, no universo da práxis humana existente na sociedade capitalista contemporânea? A chamada “crise da sociedade do trabalho” deve ser entendida como o fim da possibilidade da revolução do trabalho? O trabalho não se constitui mais no elemento estruturante de uma nova forma de sociabilidade humana? Não é mais protoforma da atividade humana, necessidade de efetivar o intercâmbio entre os seres sociais, a natureza e entre os próprios seres sociais?

Quando se pensa na totalidade do mundo do trabalho, ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril, ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, não negam a lei do valor, quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo como expressão de múltiplas atividades combinadas.

Quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando: se é uma crise da sociedade do trabalho abstrato como sugere Kurz (1992), ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza, como

sugerem Offe (1989), Habermas (1991; 1992), Méda (1997); Rifkin (1995), entre tantos outros.

No caso, da crise da sociedade do trabalho abstrato, há uma diferenciação que parece decisiva e que em geral tem sido negligenciada. A questão essencial aqui é: a sociedade contemporânea é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias, pelo processo de valorização do capital? Se a resposta for afirmativa, a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto. Crê-se que sem a precisa e decisiva incorporação desta distinção entre trabalho concreto e abstrato, quando se diz adeus ao trabalho, comete-se um forte equívoco analítico, pois se considera de maneira única um fenômeno que tem dupla dimensão.

Enquanto criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não parece plausível conceber-se, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social. Se é possível visualizar, para além do capital, a eliminação da sociedade do trabalho abstrato — ação naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias — é ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, como protoforma da atividade humana. Em outras palavras: uma coisa é conceber, com a eliminação do capital e de seu sistema de metabolismo social, o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado e alienado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador. Uma vez que se conceba o trabalho desprovido desta sua dupla dimensão, resta identificá-lo como sinônimo de trabalho abstrato, trabalho estranhado e fetichizado. A consequência que disto decorre é, então, na melhor das hipóteses, imaginar uma sociedade do “tempo livre”, com algum sentido, mas que conviva com as formas existentes de trabalho estranhado e fetichizado.

Quando se concebe a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do trabalho social, que é mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos, não se pode concordar com as teses que minimizam, ou mesmo desconsideram o processo de criação de valores de troca. Ao contrário, defende-se a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, ou *part-time*, *terceirizado*, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista.

Exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo, o processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobre-trabalho em tempo cada vez mais reduzido. Portanto, uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que, eliminado o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo.

A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do trabalho intelectual abstrato no interior das plantas produtivas modernas, e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado, *part-time*, terceirizado, desenvolvidas intensamente na “era da empresa flexível” e da desverticalização produtiva, são fortes exemplos da vigência da lei do valor, uma vez que é a própria forma assumida pela centralidade do trabalho abstrato que produz as formas de descentramento do trabalho, presentes na expansão monumental do desemprego estrutural.

Quando se concebe a forma contemporânea do trabalho, também não se pode concordar com a tese da transformação da ciência na principal força produtiva, em substituição ao valor-trabalho, que se teria tornado inoperante, conforme a tese de Habermas (1975). Esta formulação, ao “substituir” a tese do valor-trabalho pela conversão da ciência em principal força produtiva, acaba por desconsiderar um elemento essencial dado pela complexidade das relações entre a teoria do valor e a do conhecimento científico. Ou seja, parece desconsiderar que o trabalho vivo, em interação com a ciência e a tecnologia, constitui uma complexa e contraditória relação social capitalista, que tolhe e limita a expansão autônoma da ciência. Não se trata de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece o papel crescente da ciência, mas que a ciência se encontra tolhida em sua possibilidade de desenvolvimento autônomo pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual não pode superar. E é por esta restrição estrutural, que libera e mesmo impele a expansão da ciência para o incremento último da produção de valores de troca, que impede o salto qualitativo societal para uma sociedade produtora de bens úteis segundo a lógica do tempo disponível. Por isso a ciência não pode se converter na principal força produtiva dotada de autonomia. Prisioneira desta base material, menos do que uma cientificização da tecnologia há, conforme sugere Mészáros (1989), um processo de tecnologização da ciência.

Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não pode tomar-se a sua principal força produtiva. Ela interage com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. Não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo.

Esta interpenetração entre atividades laborativas e ciência parece, portanto, mais complexa: o saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo contemporâneo sem que o primeiro se sobreponha ao segundo. Vários experimentos, do qual o projeto Saturno da General Motors, nos EUA (tratado anteriormente), é exemplar, fracassaram quando procuraram automatizar o processo produtivo desconsiderando o trabalho. As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais. A nova máquina que resulta deste processo.

Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não pode levar à extinção do trabalho. Este processo de retro-alimentação impõe ao capital a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico.

Com a conversão do trabalho vivo em trabalho morto, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento dos softwares, a máquina Informacional passa a desempenhar atividades próprias da Inteligência humana, o que se pode presenciar é, para usar uma expressão de Lojkine, um processo de objetivação das atividades cerebrais junto à maquinaria, de transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada. A transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se converte em linguagem da máquina própria da fase informacional, através dos computadores, acentua a transformação do trabalho vivo em trabalho morto (LOJKINE, 1995).

Outra tendência operada pelo capital, na fase da reestruturação produtiva, no que concerne à relação entre trabalho e valor, é aquela que reduz os níveis de trabalho improdutivo dentro das fábricas. A eliminação de várias funções como supervisão, vigilância, inspeção, gerências intermediárias etc., medida que se constitui em elemento central do toyotismo e da empresa capitalista moderna com base na *lean production*, visa transferir e incorporar ao trabalho produtivo, atividades que eram anteriormente feitas por trabalhadores improdutivos. Reduzindo o trabalho improdutivo, através da sua incorporação ao próprio trabalho produtivo, o capital se desobriga da *parcela* do conjunto de trabalhadores que não participam diretamente do processo de criação de valores.

Além da redução do trabalho improdutivo, há outra tendência dada pela crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, uma vez que se presencia, no mundo contemporâneo, a expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer

nas esferas compreendidas pelo setor de serviços, ou nas comunicações, entre tantas outras. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da noção ampliada de trabalho, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo.

Dado que, no mundo da tecnociência, a produção de conhecimento toma-se um elemento importante da produção de bens e serviços, pode-se dizer, com Vincent (1995), que os saberes dos trabalhadores constituem-se numa característica central da capacidade de trabalho em geral, apresentando-se cada vez mais como força de trabalho inteligente, que reage às situações produtivas em mutação, equacionando seus problemas. A ampliação das formas de trabalho imaterial torna-se, portanto, outra característica do sistema de produção nas indústrias de tecnologia avançada, uma vez que o sistema produtivo carece, como disse Lazzarato (1993), crescentemente de atividades de pesquisa, comunicação e marketing, para a obtenção antecipada das informações oriundas do mercado. Tudo isso evidencia, no universo das empresas produtivas e de serviços, um alargamento e ampliação das atividades denominadas imateriais.

As novas dimensões e formas de trabalho vêm trazendo um alargamento, uma ampliação e uma complexificação da atividade laborativa, de que a expansão do trabalho imaterial é exemplo. Trabalho material e imaterial, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital, mesmo quando o trabalho assume a forma crescente de trabalho intelectual-abstrato, que também é absorvido pelo capital como mercadoria. Desse modo, as formas de produção material e imaterial, que se convertem em mercadorias e capital, para lembrar novamente Vincent (1993) e Tosel (1995), tornam-se cada vez mais subordinadas a uma produção crescente de conhecimento.

Desse modo, a alienação ou, mais precisamente, o estranhamento (*Entfremdung*) do trabalho encontra-se, em sua essência, preservado. Ainda que fenomenicamente minimizado pela redução da separação entre a elaboração e a execução, pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas, a subjetividade que emerge na fábrica, ou nas esferas produtivas de ponta é expressão de uma existência inautêntica e estranhada, para recorrer à formulação de Tertulian (1993). Além do saber operário, que o fordismo expropriou e transferiu para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, a nova fase do capital, da qual o toyotismo é a melhor expressão, *re-transfere o savoir faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária.

Mas o processo não se restringe a esta dimensão, uma vez que parte do saber intelectual é transferido para as máquinas informatizadas, que se tornam mais inteligentes, reproduzindo parte das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho. Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. E, neste processo, o envolvimento interativo aumenta ainda mais o estranhamento do trabalho, amplia as formas modernas da reificação, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada.

Se o estranhamento permanece e mesmo se complexifica nas atividades de ponta do ciclo produtivo, naquela parcela aparentemente mais “estável” e inserida da força de trabalho que exerce o trabalho intelectual abstrato, o quadro é ainda mais intenso nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário, precarizado, para não falar nos crescentes contingentes que vivenciam o desemprego estrutural. Sob a condição da precarização ou da expulsão do trabalho, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade.

Da explosão de Los Angeles, em 1992, às explosões de desempregados na França, em expansão desde o início de 1997, desde Seattle, em 1999 às greves gerais na Itália e Espanha, no primeiro semestre de 2002, sem falar na rebelião dos desempregados na Argentina, em 2001, assiste-se a muitas manifestações de revolta contra os estranhamentos daqueles que são expulsos do inundo do trabalho e, conseqüentemente, impedidos de vivenciarem uma vida dotada de algum sentido.

No polo mais intelectualizado da classe trabalhadora, que exerce seu trabalho intelectual abstrato, as formas de reificação têm uma concretude particularizada, mais complexificada (mais humanizada”em sua essência desumanizadora), dada pelas novas formas de “envolvimento” e interação entre trabalho vivo e maquinaria informatizada. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, a reificação é diretamente mais desumanizada e brutalizada em suas formas de vigência, o que compõe o quadro contemporâneo dos estranhamentos, ou das alienações no mundo do capital, diferenciado quanto à sua incidência, mas vigente enquanto manifestação que atinge a totalidade da classe-que-vive-do-trabalho.

Os elementos analíticos apresentados ao longo deste ensaio permitem avançar na crítica que aqui se faz à formulação de Habermas, presente na sua Teoria da Ação Comunicativa, no que concerne à sua tentativa teórica de desconstrução do trabalho (HABERMAS, 1991; 1992). Habermas,

como se sabe, em sua crítica à Marx, realiza uma disjunção analítica essencial entre trabalho e interação, entre práxis laborativa e ação intersubjetiva, entre atividade vital e ação comunicativa, entre sistema e mundo da vida. Mas, ao fazê-la, perde o momento em que se realiza a articulação inter-relacional entre teleologia e causalidade, entre mundo da objetividade e da subjetividade, questão nodal para a compreensão do ser social. Habermas atribui a Marx a redução da esfera comunicacional à ação instrumental. Como contraposição, realiza uma sobrevalorização e disjunção entre estas dimensões decisivas da vida social, e a perda deste liame indissolúvel permite a Habermas valorizar e autonomizar a esfera comunicacional.

Nesse sentido, falar em colonização do mundo da vida pelo sistema parece ser, então, uma versão muito tênue, no mundo contemporâneo, frente à totalização operada pela vigência do trabalho abstrato e pela fetichização da mercadoria e suas repercussões reificadas no interior da esfera comunicacional. E o capitalismo por certo é muito mais do que um subsistema.

No nível mais abstrato, a limitação analítica habermasiana se efetiva pela perda da relação de distância e prolongamento existente entre o trabalho e a práxis interativa, que assume a forma [relaciona] entre esferas que se tornaram dissociadas a partir da complexificação da vida societal. Enquanto para Habermas opera-se um desacoplamento que leva à separação, para Lukács (1981) da Ontologia do Ser Social, tem lugar um distanciamento, complexificação e ampliação que, entretanto, não rompem o liame e os vínculos indissolúveis entre estas esferas da sociabilidade, vínculos que ocorrem tanto na gênese, como no próprio processo emancipatório.

Habermas na disjunção que opera a partir da complexificação das formas sociais, conferirá à esfera da linguagem e da comunicação o espaço e o sentido privilegiado da emancipação. Ambos conferem papel central à esfera da subjetividade, tanto na gênese quanto no vir-a-ser, mas o tratamento que oferecem a esta categoria é complementemente distinto. Para Habermas, o domínio da subjetividade é complementar ao mundo exterior, enquanto para Lukács esta separação é desprovida de significado.

Para Habermas, na disjunção que realiza a partir da complexificação das formas sociais, com a efetivação do desacoplamento entre sistema e mundo da vida e a conseqüente autonomização da intersubjetividade, caberá à esfera da linguagem e da razão comunicacional um sentido emancipatório. Em Lukács, o contrário, os vínculos entre subjetividade e trabalho são indissolúveis. Assim, tanto na gênese do ser social, quanto no seu desenvolvimento e no próprio processo emancipatório, o trabalho, enquanto momento fundante da própria subjetividade humana, si, através da contínua realização das necessidades humanas, da busca da produção e reprodução da

sua vida societal, da gênese da própria consciência do ser social, mostra-se como elemento ontologicamente essencial e fundante.

Se, para Habermas, o fim do “paradigma do trabalho” é uma constatação possível, em decorrência de seus próprios pressupostos, analíticos, para Lukács, a complexificação societal não dissolveu o sentido original (e essencial) presente no processo de trabalho, entre Ideologia e causalidade, entre mundo da objetividade e esfera da Intersubjetividade.

No contexto do capitalismo tardio, a tese habermasiana da purificação dos conflitos de classes encontra-se hoje, menos de vinte anos de sua publicação, sofrendo forte questionamento. Não só o *welfare state* vem desmoronando no relativamente escasso conjunto de países onde ele teve efetiva vigência, como também as mutações presenciadas no interior do Estado intervencionista acentuaram seu sentido fortemente privatizante. Deste quadro cheio de imitações, vem desintegrando também, e de maneira crescente, a base empírica limitada de sustentação da crítica habermasiana à pacificação das lutas sociais, dada pela hegemonia do projeto social-democrático no interior do movimento dos trabalhadores. E, mesmo (quando este projeto apresenta-se vitorioso eleitoralmente, ele está cada vez mais distanciado dos valores do reformismo social-democrático que vigorou no pós-guerra.

Com a erosão crescente do *welfare state* (e o conseqüente enfraquecimento de seu sistema de seguridade social), ao longo das últimas décadas e em particular dos anos 90, a expressão fenomênica e contingente da pacificação dos conflitos de classes — a que Habermas queria conferir estatuto de determinação — vem dando mostras crescentes de envelhecimento precoce. O que era uma suposta crítica exemplificadora da “incapacidade marxiana de compreender o capitalismo tardio” (que Habermas endereçou a Marx), mostra-se em verdade uma fragilidade do constructo habermasiano.

As recentes ações de resistência dos trabalhadores parecem, em verdade, sinalizar em direção oposta e exemplificam as formas contemporâneas de confrontação assumidas entre o capital social total e a totalidade do trabalho. E uma dessas lutas centrais é aquela voltada para a redução da jornada (ou do tempo) de trabalho. É o que se tratará a seguir, na parte final deste texto.

A luta pela redução da jornada diária (ou do tempo semanal) de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que se constitui num mecanismo de contraposição à extração do sobre-trabalho, realizado pelo capital, desde sua gênese com a revolução industrial e contemporaneamente com a acumulação flexível da era do toyotismo e da máquina informacional. Desde o advento do capitalismo que a redução da jornada de trabalho mostra-se como central na ação dos

trabalhadores, condição preliminar, conforme disse Marx, para uma vida emancipada.

Nos dias atuais, esta formulação ganha ainda mais concretude, pois se mostra, contingencialmente, como um mecanismo importante (ainda que, quando considerado isoladamente, bastante limitado) para tentar minimizar o desemprego estrutural que atinge um conjunto enorme de trabalhadores e trabalhadoras. Transcende, no entanto, e em muito, esta esfera da imediatividade, uma vez que a discussão da redução da jornada de trabalho configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o tempo, o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida e, por outro, possibilitar o aforamento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho.

Com isso entra-se em outro ponto crucial, que também se desenvolve no livro *Os Sentidos do Trabalho*: uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa.

Como o sistema global do capital dos dias atuais abrange também as esferas da vida fora do trabalho, a desfetichização da sociedade do consumo tem como corolário imprescindível a desfetichização no modo de produção das coisas, o que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se inter-relaciona decisivamente a luta pelo tempo livre com a luta contra a lógica do capital e a vigência do trabalho abstrato.

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela *omnilateralidade humana*, somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho. De tal modo isso se dá que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade tecida por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados, na qual ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões, em formas inteiramente novas de sociabilidade, onde liberdade e necessidade se realizem mutuamente. Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) através da

arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo.

Se o fundamento da ação coletiva for voltado radicalmente contra as formas de (des)sociabilização do mundo das mercadorias, a luta imediata pela redução da jornada, ou do tempo de trabalho torna-se inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida e sem redução de salário). Desse modo, a luta contemporânea imediata pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, ao invés de serem excludentes, tornam-se necessariamente complementares. E o empreendimento societal por um trabalho cheio de sentido e pela vida autêntica fora do trabalho, por um tempo disponível para o trabalho e por um tempo verdadeiramente livre e autônomo fora do trabalho — ambos, portanto, fora do controle e comando opressivo do capital — convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação.

O exercício do trabalho autônomo, eliminado o dispêndio de tempo excedente para a produção de mercadorias, eliminado também o tempo de produção destrutivo e supérfluo (esferas controladas pelo capital), possibilitará o resgate verdadeiro do sentido estruturante do trabalho vivo, contra o sentido (des)estruturante do trabalho abstrato para o capital. Isto porque, sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que estrutura o capital, desestrutura o ser social. O trabalho assalariado que dá sentido ao capital, gera uma subjetividade inautêntica no próprio ato de trabalho. Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao reestruturar o ser social, terá desestruturado o capital. E esse mesmo trabalho auto-determinado que tornou sem sentido o capital, gerará as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada, dando um novo sentido ao trabalho.

Apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente (e não exclusivamente) no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho. Esta formulação não exclui nem suprime outras formas importantes de rebeldia e contestação, mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho acabam tendo estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os trabalhadores “terceirizados”, os trabalhadores do mercado informal, os “trabalhadores domésticos”, os desempregados, os sub-empregados etc, podem somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e, por isso, atuando enquanto classe, constituírem-se no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista.

Do mesmo modo, a luta ecológica, os movimentos feministas e tantos outros novos movimentos sociais têm maior vitalidade quando conseguem articular suas reivindicações singulares e autênticas, com a denúncia à lógica destrutiva do capital (no caso do movimento (cologista) e do caráter fetichizado, estranhado e “des-realizador” do ser o humano, gerado pela lógica societal do capital (no caso do movimento feminista). Esta possibilidade depende, evidentemente, das particularidades socioeconômicas de cada país, da sua inserção na (nova) divisão internacional do trabalho, bem como da própria subjetividade dos seres sociais que vivem do trabalho, de seus valores políticos, ideológicos, culturais, valorativos, de gênero etc.

As recentes greves e as explosões sociais, presenciadas pelos países capitalistas, constituem-se em importantes exemplos das novas formas de confrontação social contra o capital, dada a nova morfologia do trabalho e seu caráter multifacetado. Elas mesclam elementos destes polos diferenciados da classe-que-vive-do-trabalho e constituem em importantes exemplos destas novas confrontações contra a lógica destrutiva que preside a sociabilidade contemporânea pie o século XXI vai ver explodir em intensidade e abundância.

PERPETUITY (AND “SUPERFLUIDADE”) OF THE WORK: some mistakes about work deconstruction

ABSTRACT

Meaning and dimensions on changes in development in the job world, theoretical and empirical consequences of these transformations as well as pertinence and validity in the contemporary use of the work category. The contrary position of those authors who defend the loss of the centrality of the work category in the contemporary society (as Habermas, Claus Offe, Robert Kurz, Dominique Méda, etc.), the these presented in this paper is that, in spite of homogenisation, complexification and fragmentation of the work class, the possibilities of effective human emancipation can still find social validity just from the rebellions that come from the centrality of the world work, that nowadays are changing between perpetuity and “superfluidade”.

Keywords: Job. Job - Perpetuity. Job — “Superfluidade”. Human Emancipation.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

_____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6.ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BIDET, Jacques; TEXIER, Jacques. La crise du travail: actuel Marx confrontation. Paris: Press Universitaires de France, 1995.

HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como 'Ideologia'. São Paulo: Ed. Abril, 1975. (Os Pensadores).

_____. The theory of communicative action: the critique of functionalist reason. Londres: Polity Press, 1992. v. 2.

_____. The theory of communicative action: reason and the rationalization of society. Londres: Polity Press, 1991. v. 1.

KURZ, Robert. O colapso da modernização. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LAZZARATO, Maurizio. Le cycle de la production immatérielle: Paradigmes du Travail, Futur Antérieur, n. 16, Paris: L'I-larmattan, 1993[2].

LOJKINE, Jean. De la Révoition Industrielle à la Révoition Informationnelle. In: BIDET, Jacques; TEXIER, Jacques. La crise du travail: actuel Marx confrontation. Paris: Press Universitaires de France, 1995.

LUKÁCS, Georg. Ontologia dell'essere sociale II. Roma: Riuniti, 1981. v.1-2.

MÉDA, Dominique. Società senza lavoro: per una nuova Filosofia dell'occupazione. Milão: Feltrineili, 1997.

MÉSZÁROS, István. The power of ideology. Nova Iorque: Harvester Wheatsheaf, 1989.

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? Trabalho & Sociedade, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, v. 1, 1989.

RIKKIN, Jeremy. O fim dos empregos. São Paulo: Makron Books, 1995.

TERTULIAN, Nicolas. Le concept d'aliénation chez Heidegger et Lukács. Archives de Philosophie- Reserches et Documentation, Pnris, n. 56,juil./sept., 1993.

TOSEL, André. Centralité et Non-Centralité du Travail ou La Passion des Hommes Superfius. In: BIDET, Jacques; TEXIER, Jncques. La crise du travail: actuel Marx confrontation. Paris: Piess Universitaires de France, 1995.

VINCENT, J. Marie. Les automatismes sociaux et le 'general Intellect'. Paradigmes du travail, Futur Antérieur, n. 16, Paris. L'Harmattan, 1993L2].

_____. Flexibilité du travail et plasticité humaine. In: BIDEET jncques TEXIER, Jacques. La crise du travail: actuei Marx confrontation. Paris: Press Universitaires de France, 1995.